

CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

**INFORMAÇÃO SOBRE A ACTIVIDADE
NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005**

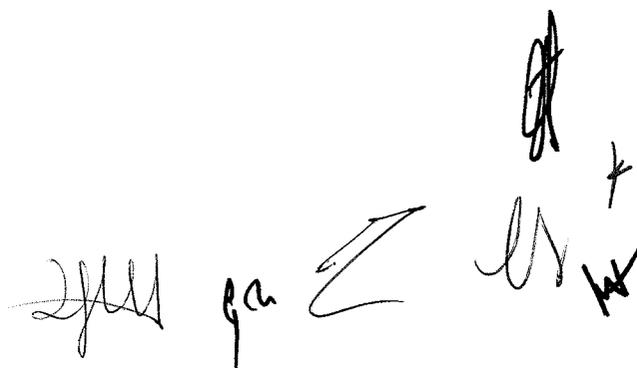
**Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa
Capital Social: 672.000.000 €
Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900
Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731**

[Handwritten signatures and initials]

INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SOBRE A ACTIVIDADE NO
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005

SUMÁRIO:

- **Relatório de Gestão Sobre a Actividade no 1º Semestre de 2005**
- **Balanços**
- **Demonstrações dos Resultados**
- **Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Anexo**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**
- **Relatório do Auditor registado na CMVM**

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the initials 'ga', and several other smaller signatures and initials.

CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Sociedade Aberta, com Sede Social em: Rua Alexandre Herculano, 35
1250-009 Lisboa

Capital Social: 672.000.000 €

Nº de Pessoa Colectiva: 500 722 900

Nº de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 731

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO
1º SEMESTRE DE 2005**

1. Introdução

O presente relatório aborda a actividade e as contas, relativas ao primeiro semestre de 2005, da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., na sua forma individual, apresentando-se em relatório separado a informação correspondente à actividade e às contas consolidadas.

Tendo em atenção o contexto macroeconómico envolvente, a Sociedade-mãe do Grupo CIMPOR, no exercício do seu objecto social, promoveu e coordenou a actividade das diferentes empresas do Grupo, de acordo com os respectivos Planos de Actividades e Orçamentos de Exploração, visando a prossecução dos objectivos estabelecidos no âmbito da sua política continuada de permanente criação de valor.

2. Evolução Económico-Financeira

A Demonstração de Resultados, evidenciando os lucros e prejuízos imputáveis às participações nas empresas do Grupo e associadas, em conformidade com a Directriz Contabilística nº 9/92, apresenta, no primeiro semestre de 2005, um Resultado Líquido de 88,4 milhões de euros, superior em 1,8% ao verificado no período homólogo do ano anterior.

Os proveitos relativos a prestações de serviços de administração e gestão a empresas do Grupo cifraram-se em 2,6 milhões de euros, cobrindo cerca de 41,4% (contra apenas 27,5% nos primeiros seis meses de 2004) dos *cash costs* associados ao fornecimento desses serviços e à gestão global do Grupo (num total de perto de 6,2 milhões de euros, correspondentes a uma redução de mais de 30% relativamente àquele período).

Os Resultados Financeiros – no montante de 91,9 milhões de euros (mais 34,2% que o valor obtido no período homólogo do ano anterior) – correspondem, essencialmente, aos ganhos e perdas em sociedades participadas, relevados de acordo com o método de equivalência patrimonial, os quais se situaram, em termos líquidos, em cerca de 91,5 milhões de euros (mais 31,6% que no primeiro semestre de 2004).

Já os Resultados Extraordinários foram praticamente nulos, quando, no ano transacto, em

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature, the initials 'gn', and other scribbles.

consequência dos ganhos realizados na alienação, a outras empresas do Grupo, de um conjunto de participações financeiras, haviam atingido perto de 24 milhões de euros.

Relativamente ao final de 2004, o total do Activo registou um incremento de cerca de 76 milhões de euros (7%), com os capitais próprios – apesar da distribuição de mais de 120 milhões de euros de dividendos – a aumentarem quase 64 milhões de euros (o que permitiu manter o rácio de autonomia financeira muito próximo dos 90%).

3. Acções

Neste primeiro semestre de 2005, o volume de transacções do título CIMPOR na Euronext Lisboa (não incluindo operações “fora de bolsa”) totalizou cerca de 158,5 milhões de acções, no valor de perto de 703 milhões de euros (menos 9% que no período homólogo do ano transacto, em consonância com o decréscimo registado pelo total do mercado).

No final do semestre, a cotação do título era de 4,64 euros, reflectindo, apesar do valor do dividendo entretanto distribuído (0,18 euros/acção, correspondentes a um *dividend yield* de 4,3% face à última cotação de 2004), uma valorização de 11,8% relativamente a esta última (quando, no mesmo período, o índice PSI20 acusou uma queda superior a 1%).

Em 31 de Dezembro do ano transacto, a CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., detinha em carteira 4.751.960 acções próprias, tendo alienado aos seus Colaboradores, nestes primeiros seis meses de 2005, um total de 884.660 acções, ao abrigo do Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores entretanto aprovado (163.500 acções, ao preço unitário de 3,21 euros) e dos diversos Planos de Atribuição de Opções de Compra de Acções para Administradores e Quadros do Grupo actualmente em vigor (721.160 acções, a um preço variável entre 2,84 euros e 3,70 euros e que, em média, se situou em cerca de 3,15 euros). Não se tendo verificado quaisquer aquisições, o número de acções próprias em carteira no final do semestre era de 3.867.300, correspondentes a 0,58% do capital social.

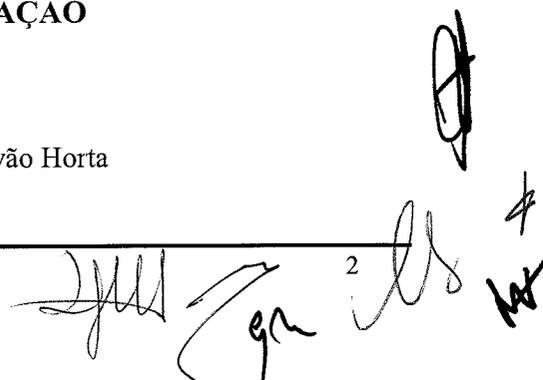
4. Perspectivas da Actividade e Eventos Mais Significativos

A evolução da Sociedade está intimamente ligada ao desenvolvimento que a actividade das suas participadas, directas e indirectas, vier a apresentar. As perspectivas dessa evolução, bem como os principais eventos ocorridos durante e após o final do semestre, encontram-se descritos no Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 30 de Setembro de 2005

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Eng. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta





Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng. Jean Carlos Angulo

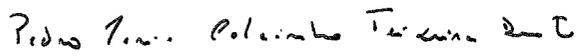


Eng. Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Eng. Luís Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel/Luís Barata de Faria Blanc



Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera



José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

Balanços em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004

(milhares de euros)

	Notas	Junho 2005		Dezembro 2004		Notas	Junho 2005	Dezembro 2004																																																																																																																																												
		ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO																																																																																																																																															
ACTIVO				CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO																																																																																																																																																
IMOBILIZADO:				CAPITAL PRÓPRIO																																																																																																																																																
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				<table border="0"> <tr> <td>Terrenos e recursos naturais</td> <td>10 e 13</td> <td>2.409</td> <td>-</td> <td>2.409</td> <td>2.409</td> <td>Capital</td> <td>36 e 40</td> <td>672.000</td> <td>672.000</td> </tr> <tr> <td>Edifícios e outras construções</td> <td>10 e 13</td> <td>8.843</td> <td>(4.893)</td> <td>3.950</td> <td>4.040</td> <td>Acções próprias:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equipamento básico</td> <td>10 e 13</td> <td>3.051</td> <td>(2.996)</td> <td>55</td> <td>72</td> <td>Valor nominal</td> <td>40</td> <td>(3.867)</td> <td>(4.752)</td> </tr> <tr> <td>Equipamento de transporte</td> <td>10 e 13</td> <td>338</td> <td>(315)</td> <td>23</td> <td>11</td> <td>Descontos e prémios</td> <td>40</td> <td>(8.929)</td> <td>(10.782)</td> </tr> <tr> <td>Equipamento administrativo</td> <td>10 e 13</td> <td>5.359</td> <td>(5.017)</td> <td>342</td> <td>362</td> <td>Ajustamentos de partes de capital em</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imobilizações em curso</td> <td>10</td> <td>33</td> <td>-</td> <td>33</td> <td>33</td> <td>empresas filiais e associadas</td> <td>40</td> <td>162.928</td> <td>18.408</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>20.033</u></td> <td><u>(13.221)</u></td> <td><u>6.812</u></td> <td><u>6.927</u></td> <td>Reservas de reavaliação</td> <td>39 e 40</td> <td>1.917</td> <td>1.938</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Reserva legal</td> <td>40</td> <td>85.800</td> <td>76.500</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Outras reservas</td> <td>40</td> <td>173.933</td> <td>173.873</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Resultados transitados</td> <td>40</td> <td>(138.037)</td> <td>(142.741)</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Resultado líquido do período</td> <td>40</td> <td>88.357</td> <td>185.909</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</td> <td></td> <td><u>1.034.099</u></td> <td><u>970.352</u></td> </tr> </table>					Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409	-	2.409	2.409	Capital	36 e 40	672.000	672.000	Edifícios e outras construções	10 e 13	8.843	(4.893)	3.950	4.040	Acções próprias:				Equipamento básico	10 e 13	3.051	(2.996)	55	72	Valor nominal	40	(3.867)	(4.752)	Equipamento de transporte	10 e 13	338	(315)	23	11	Descontos e prémios	40	(8.929)	(10.782)	Equipamento administrativo	10 e 13	5.359	(5.017)	342	362	Ajustamentos de partes de capital em				Imobilizações em curso	10	33	-	33	33	empresas filiais e associadas	40	162.928	18.408			<u>20.033</u>	<u>(13.221)</u>	<u>6.812</u>	<u>6.927</u>	Reservas de reavaliação	39 e 40	1.917	1.938							Reserva legal	40	85.800	76.500							Outras reservas	40	173.933	173.873							Resultados transitados	40	(138.037)	(142.741)							Resultado líquido do período	40	88.357	185.909							TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>1.034.099</u>	<u>970.352</u>																				
Terrenos e recursos naturais	10 e 13	2.409	-	2.409	2.409	Capital	36 e 40	672.000	672.000																																																																																																																																											
Edifícios e outras construções	10 e 13	8.843	(4.893)	3.950	4.040	Acções próprias:																																																																																																																																														
Equipamento básico	10 e 13	3.051	(2.996)	55	72	Valor nominal	40	(3.867)	(4.752)																																																																																																																																											
Equipamento de transporte	10 e 13	338	(315)	23	11	Descontos e prémios	40	(8.929)	(10.782)																																																																																																																																											
Equipamento administrativo	10 e 13	5.359	(5.017)	342	362	Ajustamentos de partes de capital em																																																																																																																																														
Imobilizações em curso	10	33	-	33	33	empresas filiais e associadas	40	162.928	18.408																																																																																																																																											
		<u>20.033</u>	<u>(13.221)</u>	<u>6.812</u>	<u>6.927</u>	Reservas de reavaliação	39 e 40	1.917	1.938																																																																																																																																											
						Reserva legal	40	85.800	76.500																																																																																																																																											
						Outras reservas	40	173.933	173.873																																																																																																																																											
						Resultados transitados	40	(138.037)	(142.741)																																																																																																																																											
						Resultado líquido do período	40	88.357	185.909																																																																																																																																											
						TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u>1.034.099</u>	<u>970.352</u>																																																																																																																																											
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				<table border="0"> <tr> <td>Partes capital em empresas do grupo</td> <td>10 e 16</td> <td>1.047.576</td> <td>-</td> <td>1.047.576</td> <td>943.890</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Títulos e outras aplicações financeiras</td> <td>10 18 21 e 34</td> <td>4.124</td> <td>(4.051)</td> <td>73</td> <td>73</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>1.051.700</u></td> <td><u>(4.051)</u></td> <td><u>1.047.649</u></td> <td><u>943.963</u></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>					Partes capital em empresas do grupo	10 e 16	1.047.576	-	1.047.576	943.890					Títulos e outras aplicações financeiras	10 18 21 e 34	4.124	(4.051)	73	73							<u>1.051.700</u>	<u>(4.051)</u>	<u>1.047.649</u>	<u>943.963</u>																																																																																																																		
Partes capital em empresas do grupo	10 e 16	1.047.576	-	1.047.576	943.890																																																																																																																																															
Títulos e outras aplicações financeiras	10 18 21 e 34	4.124	(4.051)	73	73																																																																																																																																															
		<u>1.051.700</u>	<u>(4.051)</u>	<u>1.047.649</u>	<u>943.963</u>																																																																																																																																															
DÍVIDAS DE TERCEIROS - M.L.P.:				PASSIVO:																																																																																																																																																
<table border="0"> <tr> <td>Cientes de cobrança duvidosa</td> <td>21 23 e 34</td> <td>5.928</td> <td>(5.928)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS</td> <td>34</td> <td>74.460</td> <td>73.516</td> </tr> <tr> <td>Outros accionistas</td> <td>21 23 e 34</td> <td>283</td> <td>(283)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros devedores</td> <td>21 23 e 34</td> <td>333</td> <td>(328)</td> <td>5</td> <td>8</td> <td>DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>6.544</u></td> <td><u>(6.539)</u></td> <td><u>5</u></td> <td><u>8</u></td> <td>Dívidas a instituições de crédito</td> <td>50</td> <td>5.000</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>Outros empréstimos obtidos</td> <td>50</td> <td>125</td> <td>249</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><u>5.125</u></td> <td><u>249</u></td> </tr> </table>				Cientes de cobrança duvidosa	21 23 e 34	5.928	(5.928)	-	-	PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS	34	74.460	73.516	Outros accionistas	21 23 e 34	283	(283)	-	-					Outros devedores	21 23 e 34	333	(328)	5	8	DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:						<u>6.544</u>	<u>(6.539)</u>	<u>5</u>	<u>8</u>	Dívidas a instituições de crédito	50	5.000	-							Outros empréstimos obtidos	50	125	249									<u>5.125</u>	<u>249</u>	<table border="0"> <tr> <td>DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores, conta corrente</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>21</td> <td>21</td> <td></td> <td></td> <td>392</td> <td>364</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores - fact em rec e conferência</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3</td> <td></td> <td></td> <td>2</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Empresas do grupo</td> <td>16</td> <td>65.262</td> <td>-</td> <td>65.262</td> <td>75.295</td> <td>Empresas do grupo</td> <td>16</td> <td>39.904</td> <td>38.552</td> </tr> <tr> <td>Outros empréstimos obtidos</td> <td>50</td> <td>37.981</td> <td>-</td> <td>37.981</td> <td>37.378</td> <td>Estado e outros entes públicos</td> <td>48</td> <td>5.112</td> <td>702</td> </tr> <tr> <td>Estado e outros entes públicos</td> <td>48</td> <td>2.098</td> <td>-</td> <td>2.098</td> <td>2.421</td> <td>Outros credores</td> <td></td> <td>379</td> <td>11</td> </tr> <tr> <td>Outros devedores</td> <td>16</td> <td>37.981</td> <td>-</td> <td>37.981</td> <td>37.378</td> <td></td> <td></td> <td><u>46.039</u></td> <td><u>39.878</u></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>105.364</u></td> <td><u>-</u></td> <td><u>105.364</u></td> <td><u>115.117</u></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>					DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:										Fornecedores, conta corrente				21	21			392	364	Fornecedores - fact em rec e conferência					3			2	-	Empresas do grupo	16	65.262	-	65.262	75.295	Empresas do grupo	16	39.904	38.552	Outros empréstimos obtidos	50	37.981	-	37.981	37.378	Estado e outros entes públicos	48	5.112	702	Estado e outros entes públicos	48	2.098	-	2.098	2.421	Outros credores		379	11	Outros devedores	16	37.981	-	37.981	37.378			<u>46.039</u>	<u>39.878</u>			<u>105.364</u>	<u>-</u>	<u>105.364</u>	<u>115.117</u>				
Cientes de cobrança duvidosa	21 23 e 34	5.928	(5.928)	-	-	PROVISÕES P/ RISCOS E ENCARGOS	34	74.460	73.516																																																																																																																																											
Outros accionistas	21 23 e 34	283	(283)	-	-																																																																																																																																															
Outros devedores	21 23 e 34	333	(328)	5	8	DÍVIDAS A TERCEIROS - M.L.P.:																																																																																																																																														
		<u>6.544</u>	<u>(6.539)</u>	<u>5</u>	<u>8</u>	Dívidas a instituições de crédito	50	5.000	-																																																																																																																																											
						Outros empréstimos obtidos	50	125	249																																																																																																																																											
								<u>5.125</u>	<u>249</u>																																																																																																																																											
DÍVIDAS A TERCEIROS - C.P.:																																																																																																																																																				
Fornecedores, conta corrente				21	21			392	364																																																																																																																																											
Fornecedores - fact em rec e conferência					3			2	-																																																																																																																																											
Empresas do grupo	16	65.262	-	65.262	75.295	Empresas do grupo	16	39.904	38.552																																																																																																																																											
Outros empréstimos obtidos	50	37.981	-	37.981	37.378	Estado e outros entes públicos	48	5.112	702																																																																																																																																											
Estado e outros entes públicos	48	2.098	-	2.098	2.421	Outros credores		379	11																																																																																																																																											
Outros devedores	16	37.981	-	37.981	37.378			<u>46.039</u>	<u>39.878</u>																																																																																																																																											
		<u>105.364</u>	<u>-</u>	<u>105.364</u>	<u>115.117</u>																																																																																																																																															
CIRCULANTE:				ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:																																																																																																																																																
DÍVIDAS DE TERCEIROS - C.P.:				<table border="0"> <tr> <td>Acréscimos de custos</td> <td>49</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>977</td> <td></td> <td>1.187</td> </tr> <tr> <td>Passivos por impostos diferidos</td> <td>6</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>333</td> <td></td> <td>340</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><u>1.310</u></td> <td></td> <td><u>1.527</u></td> </tr> </table>					Acréscimos de custos	49					977		1.187	Passivos por impostos diferidos	6					333		340							<u>1.310</u>		<u>1.527</u>																																																																																																																	
Acréscimos de custos	49					977		1.187																																																																																																																																												
Passivos por impostos diferidos	6					333		340																																																																																																																																												
						<u>1.310</u>		<u>1.527</u>																																																																																																																																												
<table border="0"> <tr> <td>Empresas do grupo</td> <td>16</td> <td>65.262</td> <td>-</td> <td>65.262</td> <td>75.295</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos a fornecedores</td> <td></td> <td>21</td> <td>-</td> <td>21</td> <td>21</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Adiantamentos a fornecedores de imobilizado</td> <td></td> <td>3</td> <td>-</td> <td>3</td> <td>3</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Estado e outros entes públicos</td> <td>48</td> <td>2.098</td> <td>-</td> <td>2.098</td> <td>2.421</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros devedores</td> <td>16</td> <td>37.981</td> <td>-</td> <td>37.981</td> <td>37.378</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td><u>105.364</u></td> <td><u>-</u></td> <td><u>105.364</u></td> <td><u>115.117</u></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>				Empresas do grupo	16	65.262	-	65.262	75.295				Adiantamentos a fornecedores		21	-	21	21				Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3	-	3	3				Estado e outros entes públicos	48	2.098	-	2.098	2.421				Outros devedores	16	37.981	-	37.981	37.378						<u>105.364</u>	<u>-</u>	<u>105.364</u>	<u>115.117</u>				<table border="0"> <tr> <td>TOTAL DO PASSIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><u>126.933</u></td> <td></td> <td><u>115.171</u></td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><u>1.161.033</u></td> <td></td> <td><u>1.085.523</u></td> </tr> </table>					TOTAL DO PASSIVO						<u>126.933</u>		<u>115.171</u>	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						<u>1.161.033</u>		<u>1.085.523</u>																																																																				
Empresas do grupo	16	65.262	-	65.262	75.295																																																																																																																																															
Adiantamentos a fornecedores		21	-	21	21																																																																																																																																															
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		3	-	3	3																																																																																																																																															
Estado e outros entes públicos	48	2.098	-	2.098	2.421																																																																																																																																															
Outros devedores	16	37.981	-	37.981	37.378																																																																																																																																															
		<u>105.364</u>	<u>-</u>	<u>105.364</u>	<u>115.117</u>																																																																																																																																															
TOTAL DO PASSIVO						<u>126.933</u>		<u>115.171</u>																																																																																																																																												
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						<u>1.161.033</u>		<u>1.085.523</u>																																																																																																																																												
<table border="0"> <tr> <td>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</td> <td></td> <td></td> <td><u>(13.221)</u></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL DE AJUSTAMENTOS</td> <td></td> <td></td> <td><u>(10.589)</u></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>TOTAL DO ACTIVO</td> <td></td> <td><u>1.184.844</u></td> <td><u>(23.810)</u></td> <td><u>1.161.033</u></td> <td><u>1.085.523</u></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </table>				TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			<u>(13.221)</u>						TOTAL DE AJUSTAMENTOS			<u>(10.589)</u>						TOTAL DO ACTIVO		<u>1.184.844</u>	<u>(23.810)</u>	<u>1.161.033</u>	<u>1.085.523</u>																																																																																																																									
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			<u>(13.221)</u>																																																																																																																																																	
TOTAL DE AJUSTAMENTOS			<u>(10.589)</u>																																																																																																																																																	
TOTAL DO ACTIVO		<u>1.184.844</u>	<u>(23.810)</u>	<u>1.161.033</u>	<u>1.085.523</u>																																																																																																																																															

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005

O Conselho de Administração

Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta

Dr. Luis Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Engº Jean Carlos Angulo

Engº Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura

Engº Luis Filipe Sequeira Martins

Dr. Manuel Luis Barata de Faria Blanc

Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Dr. Vicente Arias Mosquera

Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações dos resultados por naturezas
para os semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004

(milhares de euros)

	Notas	Junho 2005	Junho 2004
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		2 269	4 056
Custos com o pessoal:			
Remunerações		2 986	3 803
Encargos sociais:			
Pensões		65	63
Outros		788	1.315
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	133	149
Provisões	34	2.875	2.824
Impostos		45	53
Outros custos e perdas operacionais		40	46
(A)		9.201	12.310
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	1 467	64
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do grupo		568	-
Outros	45	361	1.590
(C)		11.596	13.964
Custos e perdas extraordinários	46	18	1.177
(E)		11.615	15.141
Imposto s/rendimento	6	(2.749)	(4.205)
(G)		8.866	10.936
Resultado líquido do período		88.357	86.791
		<u>97.223</u>	<u>97.727</u>
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços	16 e 44	2 565	2 565
Proveitos suplementares	16	340	16
Reversões de amortizações e ajustamentos	21	56	-
(B)		2.961	2.581
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	93 010	69 600
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do grupo		1 137	-
Outros	45	107	482
(D)		97.215	72.663
Proveitos e ganhos extraordinários	46	9	25.063
(F)		97.223	97.727
Resultados operacionais: (B)-(A) =		(6 240)	(9 728)
Resultados financeiros: (D)-(C-A) =		91 858	68 428
Resultados correntes: (D)-(C) =		85 618	58 700
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =		85 608	82 586
Resultado líquido do período: (F)-(G) =		88.357	86.791

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005

O Conselho de Administração

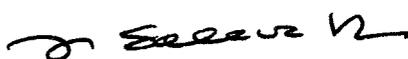
Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta



Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Engº Jean Carlos Angulo



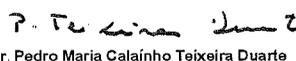
Engº Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



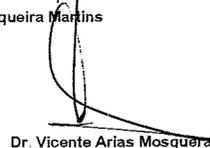
Engº Luís Filipe Sequeira Martins



Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



Dr. Pedro Maria Calaiinho Teixeira Duarte



Dr. Vicente Arias Mosquera



Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

Demonstrações dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de Junho 2005 e 2004

		(milhares de euros)	
	Notas	Junho 2005	Junho 2004
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		338	56
Pagamentos a fornecedores		(2.725)	(6.277)
Pagamentos ao pessoal		(6.150)	(8.360)
Fluxo gerado pelas operações		<u>(8.537)</u>	<u>(14.581)</u>
Movimento líquido do imposto sobre o rendimento	1	32.003	40.385
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		5.704	3.794
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		<u>29.171</u>	<u>29.598</u>
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(4)	(8)
Fluxos das actividades operacionais	(1)	<u>29.167</u>	<u>29.590</u>
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	145.710
Imobilizações corpóreas		112	15
Juros e proveitos similares		8.629	72
Dividendos	2	81.250	15.666
		<u>89.991</u>	<u>161.463</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(98)
Imobilizações corpóreas		-	(99)
		-	(197)
Fluxos das actividades de investimento	(2)	<u>89.991</u>	<u>161.266</u>
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos	3	5.000	-
Venda de acções próprias		2.507	1.832
Empréstimos relativos a empresas do grupo	4	1.000	37.500
		<u>8.507</u>	<u>39.332</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos	3	(125)	(79.448)
Juros e custos similares		(11.175)	(1.033)
Dividendos		(120.299)	(113.465)
Empréstimos relativos a empresas do grupo	4	(4.000)	(26.900)
Outros		-	(8.393)
		<u>(135.599)</u>	<u>(229.238)</u>
Fluxos das actividades de financiamento	(3)	<u>(127.092)</u>	<u>(189.906)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes	(4)=(1)+(2)+(3)	(7.934)	950
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.428	1.783
Efeito das diferenças de câmbio		32	(1.026)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		525	1.707

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005

O Conselho de Administração

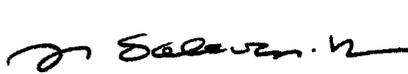
Prof. Ricardo Manuel Simões Bayão Horta



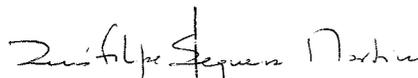
Dr. Luís Eduardo da Silva Barbosa

Dr. Jacques Lefèvre

Eng° Jean Carlos Angulo



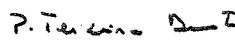
Eng° Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura



Eng° Luís Filipe Sequerra Martins



Dr. Manuel Luís Barata de Faria Blanc



Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte



Dr. Vicente Arias Mosquera



Sr. José Manuel Baptista Fino

Dr. José Enrique Freire Arteta

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

1 Movimento líquido do imposto sobre o rendimento

O montante recebido respeita aos saldos de imposto sobre o rendimento apurados nas empresas incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades, regularizados no semestre findo em 30 de Junho de 2005.

2. Dividendos recebidos

	Valores recebidos no semestre
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	<u>81.250</u>

3. Empréstimos de financiamento

	Moeda	Valores pagos no semestre	Valores recebidos no semestre
Santander	EUR	-	5.000
Outros empréstimos	EUR	125	-
		<u>125</u>	<u>5.000</u>

4. Empréstimos concedidos e obtidos relativos a empresas do grupo

	Valores pagos no semestre	Valores recebidos no semestre
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	-	1.000
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	1.000	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	3.000	-
	<u>4.000</u>	<u>1.000</u>

5. Outras informações

Para a necessária compreensão da demonstração dos fluxos de caixa, acrescenta-se que a CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. tem como política apoiar financeiramente as empresas suas participadas, para que tenham uma correcta cobertura financeira das suas necessidades, cujos movimentos estão reflectidos nas demonstrações financeiras da empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Valores expressos em milhares de euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituída em vinte e seis de Março de mil novecentos e setenta e seis, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., tem sofrido diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Espanha, Marrocos, Moçambique, Brasil, Tunísia, Egipto, África do Sul, Angola e Cabo Verde (“Grupo Cimpor”), nas áreas de produção e comercialização de cimento, betão, artefactos de betão e actividades conexas.

O Grupo Cimpor detém as suas participações distribuídas, essencialmente, em duas Sub-Holdings; (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades da área de negócios de Portugal; e, (ii) a Cimpor Inversiones S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas no estrangeiro.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura destas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos.

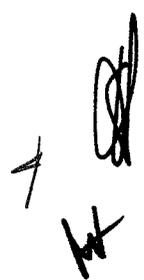
Nos termos da legislação em vigor, a Empresa irá preparar e apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra. Os valores de custo e de amortizações acumuladas de certos bens existentes em 31 de Dezembro de 1992 foram reavaliados conforme permitido pela legislação em Portugal. Já os efeitos de todas as reavaliações



efectuadas para fins fiscais, posteriormente àquela data, encontram-se expurgados nestas demonstrações financeiras.

Os activos imobilizados corpóreos são amortizados pelo método das quotas constantes de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas anuais de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de <u>vida útil</u>	
Edifícios e outras construções	10	- 50
Equipamento básico	8	- 20
Equipamento de transporte	3	- 5
Equipamento administrativo	3	- 14

b) Investimentos financeiros

Participações financeiras em empresas do grupo e associadas

As participações financeiras em empresas do grupo e associadas estão registadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método:

- as participações são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é ajustado ao valor proporcional da participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial;
- as participações são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros (Nota 45), e por outras variações ocorridas nos capitais próprios por contrapartida da rubrica de ajustamentos de partes de capital (Nota 40);
- os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Dado que os critérios valorimétricos das filiais e associadas não são necessariamente iguais aos utilizados pela Empresa, sempre que daí resultem valores significativos são efectuados os necessários ajustamentos de homogeneização.

Trespases (Goodwill) de aquisição

De acordo com os princípios e critérios contabilísticos aplicáveis às aquisições de partes de capital, os trespases representam as diferenças entre o preço de aquisição dessas partes de capital e a proporção dos capitais próprios adquiridos, após terem sido considerados os justos valores dos activos e passivos das empresas adquiridas. Os trespases apurados na aquisição de acréscimos de participação em filiais são amortizados durante o período de vida útil remanescente definido à data de aquisição inicial. Os trespases são amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, o qual varia entre cinco e vinte anos.

Outros investimentos financeiros

Os restantes investimentos financeiros são relevados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização, quando aplicável.





c) Activos e passivos em moedas estrangeiras

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordo de fixação de câmbio, são convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio ocorridas no semestre são registadas como ganhos ou perdas financeiros, excepto as seguintes, que são registadas na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas” :

- diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido na IAS 39.

d) Responsabilidades por complementos de pensões de reforma e assistência na doença

Algumas das empresas do Grupo têm assumidas responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência e responsabilidades decorrentes de regimes de assistência na doença de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e de segurança social. Estas responsabilidades são registadas nessas empresas de acordo com os critérios consagrados na Directriz Contabilística nº 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade das empresas reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários. Deste modo, no final de cada período contabilístico, são obtidos estudos actuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo a registar nesse período.

Os efeitos dos registos contabilísticos nas referidas empresas dessas responsabilidades e dos correspondentes custos encontram-se reflectidos na rubrica de “Investimentos financeiros – Partes de capital em empresas do grupo”, por via da aplicação do método da equivalência patrimonial.

Adicionalmente, a Empresa tem ao seu serviço empregados com vinculo contratual à Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A. (“Cimpor Indústria”), os quais beneficiam do sistema de complementos de pensões de reforma e de sobrevivência em vigor naquela empresa participada. Os respectivos custos com pensões são suportados pela Empresa e registados como custo com o pessoal.

e) Imposto sobre o rendimento

O montante a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal.

Os impostos diferidos referem-se à diferença temporária entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

f) Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica correspondem aos acréscimos líquidos de imobilizado gerados pelas reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições aplicáveis. Estes valores são transferidos para resultados transitados à medida em que os activos imobilizados são realizados através de venda, abate ou amortização. Em geral, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, verificados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento do capital.

g) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

h) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o principio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

i) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, sendo que não são contratados instrumentos financeiros derivados com objectivos especulativos.

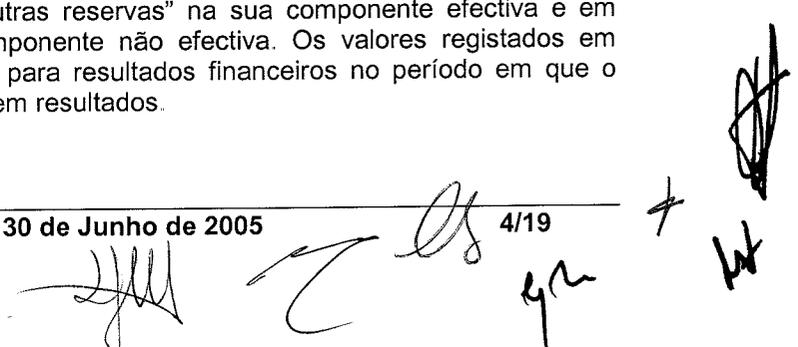
Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objectivo da sua contratação.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39, nomeadamente, quanto à respectiva documentação e efectividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor” são reconhecidas como resultado financeiro do período, bem como as alterações no justo valor do activo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas em “Outras reservas” na sua componente efectiva e em resultados financeiros na sua componente não efectiva. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.



Relativamente aos instrumentos derivados de cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira, as respectivas variações, à semelhança das coberturas de “cash-flow”, são registadas como “Reserva de conversão cambial” na sua componente efectiva. A componente não efectiva daquelas variações é reconhecida de imediato como resultado financeiro do período. Caso o instrumento de cobertura não seja um derivado, as respectivas variações decorrentes das variações de taxa de câmbio são registadas como “Reserva de conversão cambial”.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos no IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objectivo de efectuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respectivas variações no justo valor são registadas na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

Os efeitos patrimoniais da contabilização destes instrumentos nas empresas do Grupo que os contratam, encontram-se reflectidos na rubrica de “Investimentos financeiros – Partes de Capital em Empresas do Grupo”, por via da aplicação do método de equivalência patrimonial.

4. CÂMBIOS

As cotações utilizadas para actualização dos activos e passivos em moeda estrangeira, em 30 de Junho de 2005 e 2004, foram as seguintes:

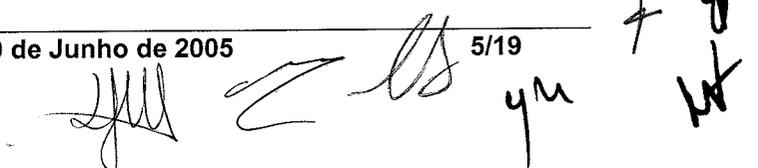
<u>Divisa</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
USD	1,2092	1,2155
MAD	10,9596	10,9690
CHF	1,5499	1,5242
BRL	2,8489	3,7839
TND	1,5957	1,5334
MZM	29.637,00	27.803,90
GBP	0,6742	0,6708
EGP	7,0043	7,5239
ZAR	8,0254	7,6177

6. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%.

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal e sujeitas ao regime geral de IRC, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2001). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos os dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto



de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes da revisão/inspecção daquelas declarações de imposto por parte das autoridades fiscais, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 1996 a 2000, surgiram liquidações adicionais de impostos, apurados ao abrigo do regime de tributação pelo lucro consolidado então vigente, sendo os valores mais significativos relativos ao acréscimo das amortizações derivadas das reavaliações do imobilizado corpóreo. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que as referidas liquidações não têm provimento, pelo que as mesmas foram objecto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

Adicionalmente, em virtude das referidas notificações terem ocorrido em momento posterior à última fase da operação de reprivatização da Empresa, é entendimento do Conselho de Administração que o pagamento do referido imposto, a ser devido, é da responsabilidade do Fundo de Regularização da Dívida Pública, tendo sido já requerido o pagamento dos valores em causa (se devido).

Por forma a que as demonstrações financeiras reflectam a contingência destas situações, a Empresa tem constituída uma provisão de 72.792 milhares de euros, dos quais 42.452 milhares de euros (Nota 34) correspondem às referidas liquidações, incluindo uma estimativa para os períodos ainda não revistos, 2001 a Junho de 2005, correspondendo o restante a outras correcções e juros.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais podem ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto registado no semestre findo em 30 de Junho de 2005, corresponde essencialmente a:

	<u>Base fiscal</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de imposto	85 608	
Diferenças temporárias	13	
Diferenças permanentes	<u>(88 587)</u>	
	<u>(2 966)</u>	
Encargo normal de imposto		(816)
Tributações autónomas		<u>4</u>
		(812)
Imposto diferido por reversão de diferenças temporárias no período		(4)
Contingências fiscais (Nota 34)		374
Correcção de exercícios anteriores		(801)
Ajustamento do imposto do grupo fiscal e outros		<u>(1 507)</u>
		<u>(2.749)</u>

CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. – HOLDING

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, os efeitos da equivalência patrimonial e o acréscimo de provisões com carácter de diferenças permanentes.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos. Os movimentos ocorridos no semestre, em resultado da adopção deste normativo, foram, quanto à sua natureza e impacto, os seguintes:

	Saldo inicial	Resultados líquidos	Transferências de rubricas	Saldo final
Activos por impostos diferidos:				
Ajustamento de dívidas a receber	477	(3)	-	474
Provisões	21	-	-	21
Prejuízos fiscais reportáveis	10.335	-	(10.335)	-
	<u>10.833</u>	<u>(3)</u>	<u>(10.335)</u>	<u>494</u>
Passivos por impostos diferidos:				
Reavaliações de imobilizações corpóreas	340	(7)	-	333

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, a Empresa teve ao seu serviço, em regime de cedência pela Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A., em média, 59 empregados.

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Reavaliação e ajustamento	Aumentos	Transferências e abates	
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	2.409	-	-	-	2.409
Edifícios e outras construções	8.843	-	-	-	8.843
Equipamento básico	3.051	-	-	-	3.051
Equipamento de transporte	319	-	19	-	338
Equipamento administrativo	5.601	-	-	(242)	5.359
Imobilizações em curso	33	-	-	-	33
	<u>20.257</u>	<u>-</u>	<u>19</u>	<u>(242)</u>	<u>20.033</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	943.890	103.686	-	-	1.047.576
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 16)	4.124	-	-	-	4.124
	<u>948.014</u>	<u>103.686</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.051.700</u>

Rubricas	Amortizações e provisões			Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Anulação/reversão	
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	4.804	89	-	4.893
Equipamento básico	2.978	18	-	2.996
Equipamento de transporte	308	7	-	315
Equipamento administrativo	5.239	19	(242)	5.017
	<u>13.329</u>	<u>133</u>	<u>(242)</u>	<u>13.221</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	4.051	-	-	4.051

A aplicação do método da equivalência patrimonial, em 30 de Junho de 2005, aos investimentos financeiros em empresas do Grupo, tem o seguinte impacto:

	Ganhos/ (perdas) em emp grupo (Nota 45)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Provisões (Nota 34)	Total
Cimpor Inversiones, S.A.	27.905	84.756	-	-	112.661
Cimpor Finance Limited	(706)	53	-	-	(653)
Cimpor Reinsurance, S.A.	319	-	-	-	319
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	64.717	6.966	(81.250)	-	(9.567)
Cimpor Tec, S.A.	(546)	-	-	496	(50)
Kandmad, SGPS, Lda.	69	-	-	-	69
Cimpor Egypt for Cement	-	2.806	-	(2.802)	4
Cimpor Financial Operations, B.V.	(196)	-	-	-	(196)
Cement Services Company	(19)	2	-	-	(17)
	<u>91.543</u>	<u>94.583</u>	<u>(81.250)</u>	<u>(2.306)</u>	<u>102.570</u>

Os ajustamentos de partes de capital relativos à Cimpor Inversiones incorporam: (i) efeito da conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira; e, (ii) efeito da adopção das disposições do IAS 39, relativamente a contabilidade de cobertura e registo de instrumentos financeiros derivados.

12. REAVALIAÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO CORPÓREO

A Empresa procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
- Lei nº 36/91, de 27 de Julho;
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei nº 22/92, de 14 de Fevereiro;
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro.

13. QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES

O detalhe dos custos históricos de aquisição das imobilizações corpóreas e da correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 30 de Junho de 2005, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	359	2.050	2.409
Edifícios e outras construções	944	3.006	3.950
Equipamento básico	55	-	55
Equipamento de transporte	23	-	23
Equipamento administrativo	322	20	342
	<u>1.703</u>	<u>5.077</u>	<u>6.779</u>

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultante das reavaliações não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 333 milhares de euros (Nota 6).

16. EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 30 de Junho de 2005, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Empresas do Grupo	Valor de balanço
Partes de capital em empresas do grupo:	
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	411.171
Cimpor Finance Limited (USD)	22.654
Cimpor Financial Operations, B. V.	1.313
Cimpor Egypt For Cement	4
Kandmad, SGPS, Lda.	4.346
Cimpor Reinsurance, S.A.	6.945
Cimpor Inversiones, S.A.	601.112
Cement Services Company (EGP)	31
	1.047.576
Títulos e outras aplicações financeiras:	
Ambelis, S.A.	20
APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.	12
Nefele – C ^a .Ind.Sienitos Nefelínicos, S.A.	1
Companhia Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	4.050
Sociedade Algodoeira do Ambriz, S.A.	1
ICDS – Ind. Con. D. Services	41
	4.124
	1.051.700

O valor de balanço corresponde à parte proporcional detida nos patrimónios das empresas, após os ajustamentos de uniformização de critérios valorimétricos, incluindo o valor líquido dos trespases gerados na aquisição.

Os principais saldos com empresas do grupo, em 30 de Junho de 2005, bem como as transacções efectuadas com as referidas empresas, no semestre findo naquela data, podem ser resumidos como segue:

	Saldos		Transacções		
	Empresas do grupo, saldos devedores	Outros devedores	Empresas do grupo, saldos credores	Prestações de serviços	Proveitos suplementares
Agregor Agregados, S.A.	-	-	1	-	-
A lempedras, Sociedade de Britas, Lda.	10	-	-	-	-
Belão Liz, S.A.	-	-	6	-	-
Cecisa Comércio Internacional, S.A.	7	-	-	-	-
Cimadjuvantes, Lda.	-	-	3	-	-
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.	-	-	-	-	-
Cimentos de Moçambique, SA RL	3	-	-	-	6
Cimpor Betão - Indústria Betão Pronto, S.A.	77	-	-	195	-
Cimpor Egypt for Cement, S.A.E.	97	-	-	-	-
Cimpor Finance Limited	47	-	-	-	-
Cimpor - Indústria Cimentos, S.A.	40.589	37.000	178	2.325	1
Cimpor Internacional, SGPS, S.A.	6	-	39.570	30	-
Cimpor Investimentos, SGPS, S.A.	64	-	8	15	-
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	21.552	-	-	-	-
Cimpor Serviços Apoio à Gestão Empresas, S.A.	201	-	73	-	252
Cimpor Inversiones, S.A.	2.539	-	-	-	34
Cimpor Tec - Eng Serviços Técnicos Ap Grupo	33	-	61	-	12
Geofer - Prod Comde Bens Equip., S.A.	-	-	4	-	-
Imopar, SARL	11	-	-	-	-
Premap - Pré-fabricados de Maputo, SARL	7	-	-	-	-
Société des Ciments de Jbel Oust	21	-	-	-	36
	65.262	37.000	39.904	2.565	340

O saldo a receber da Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A., inclui 39.000 milhares de euros, relativos a apoio de tesouraria.

Os saldos a pagar à Cimpor Internacional, SGPS, S.A., inclui 39.000 milhares de euros, relativos a apoio de tesouraria.

21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas do activo circulante:

Rubricas	Ajustamentos			Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	
Dívidas de terceiros:				
Clientes de cobrança duvidosa	5.984	-	(56)	5.928
Outros devedores/Accionistas	611	-	-	611
	<u>6.594</u>	<u>-</u>	<u>(56)</u>	<u>6.539</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	<u>4.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.051</u>

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2005, existiam dívidas de cobrança duvidosa de clientes e outros devedores, de 6.539 milhares de euros, as quais se encontravam provisionadas no valor estimado da sua não realização (Nota 21).

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL

Em 30 de Junho de 2005, o valor dos créditos sobre o pessoal ascendia a 150 milhares de euros relativos a abonos a regularizar, os quais incluem 91 milhares de euros de empréstimos concedidos. Os valores a pagar naquela data totalizavam 168 milhares de euros.

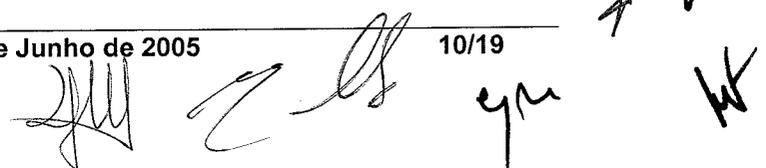
31. COMPROMISSOS FINANCEIROS**Pensões de reforma e assistência na doença**

Conforme mencionado na nota 3 d), algumas das empresas participadas mantêm com os seus empregados regimes complementares de reforma e de assistência na doença.

As responsabilidades inerentes aos mesmos encontram-se devidamente reflectidas nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005, através da aplicação dos correspondentes normativos contabilísticos.

Em 30 de Junho de 2005, as responsabilidades com serviços passados perante empregados no activo e reformados ascendem a 97.288 milhares de euros, dos quais 76.237 milhares de euros estão financiados por fundos de pensões constituídos para o efeito.

As responsabilidades não financiadas, no montante de 21.051 milhares de euros, encontram-se registadas no passivo das respectivas empresas.



Decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial, todos estes efeitos estão reflectidos nos resultados financeiros da Empresa e no valor dos seus investimentos financeiros.

Outros compromissos – investimentos e serviços

De referir a existência de compromissos referentes a contratos para aquisição de imobilizações corpóreas e existências, sendo os mais relevantes os oriundos das áreas de negócio de Portugal (5.726 milhares de euros) e Marrocos (4.304 milhares de euros).

Em 1 de Janeiro de 2004, foi celebrado um contrato de prestação de serviços entre a Empresa e a Cimpor Serviços de Apoio à Gestão de Empresas, S.A., que tem por objecto a prestação de serviços que abrangem as áreas administrativa, financeira, contabilística e dos recursos humanos. Este contrato implica um compromisso anual de 600 milhares de euros.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa responde solidariamente pelas obrigações das suas associadas com as quais mantém uma relação de domínio total.

Outros compromissos – cartas de conforto

As cartas de conforto prestadas, relativamente a operações de financiamento das empresas do grupo, são as seguintes:

Cimpor Inversiones, S.A.	345.271
Cimentos de Moçambique, S.A.R.L.	6.637
Ciarga – Argamassas Secas, S.A.	1.250
Companhia de Cimentos do Brasil	12.586
Imopar, SARL	2.658
Corporacion Noroeste, S.A.	28.648
Companhia de Cimentos Atol	61
Amreyah Cement Company, S.A.E.	30.843
Amreyah Cimpor Cement, S.A.E.	19.475
	<u>447.429</u>

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2005, a responsabilidade da Empresa por garantias prestadas totalizava 124.404 milhares de euros e refere-se a garantias bancárias.

34. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para:				
Contingências fiscais	69.542	3.250	-	72.792
Outros riscos e encargos (Nota 10)	3.974	496	(2.802)	1.668
	<u>73.516</u>	<u>3.746</u>	<u>(2.802)</u>	<u>74.460</u>

As provisões para contingências fiscais cuja natureza é explicada na Nota 6, tiveram os seguintes impactos no semestre findo em 30 de Junho de 2005:

Provisão do semestre	2.875
Contingências fiscais (Nota 6)	374
	<u>3.250</u>

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2005, o capital da Empresa totalmente subscrito e realizado estava representado por 672.000.000 acções com o valor nominal de um Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Accionistas	Nº de acções	% do Capital	% dos direitos de voto (1)
Teixeira Duarte, SGPS, S.A. (2)	138.372.075	20,59	20,71
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	83.905	0,01	0,01
Através da sociedade por si dominada Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S A	135.011.220	20,09	20,21
Por si	67.527.510	10,05	10,11
Através dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização	278.710	0,04	0,04
Através da sociedade por si dominada Tedal, SGPS, S A	67.205.000	10,00	10,06
Através da sociedade por si dominada TDG, SGPS, S A	3.276.950	0,49	0,49

(1) Considerando as 3.867.300 acções próprias em 30 de Junho de 2005.

(2) Participação Social Qualificada apresentada conforme comunicada oficialmente à sociedade (inclui acções dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Teixeira Duarte, SGPS, S.A., conforme entendimento da CMVM).

39. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

No semestre em análise, e em conformidade com o critério definido, procedeu-se à transferência para a rubrica “Resultados transitados” de 21 milhares de euros, correspondente aos bens alienados ou amortizados no semestre findo em 30 de Junho de 2005.

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio, no semestre findo em 30 de Junho de 2005, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aplicação dos resultados	Movimento de acções próprias	Outras variações	Resultado líquido	Saldo final
Capital	672.000	-	-	-	-	672.000
Acções próprias	(15.534)	-	2.738	-	-	(12.796)
Ajust. de partes de capital emp grupo	18.408	-	-	144.520	-	162.928
Reservas de reavaliação (Nota 39)	1.938	-	-	(21)	-	1.917
Reserva legal	76.500	9.300	-	-	-	85.800
Outras reservas	173.873	-	60	-	-	173.933
Resultados transitados	(142.741)	53.810	-	(49.106)	-	(138.037)
Resultado líquido do período	185.909	(185.909)	-	-	88.357	88.357
	<u>970.352</u>	<u>(122.799)</u>	<u>2.798</u>	<u>95.393</u>	<u>88.357</u>	<u>1.034.099</u>

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas apenas podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

A coluna das “Outras variações” inclui: (i) a transferência de “Resultados transitados” para “Ajustamentos de partes de capital” dos resultados atribuídos e não distribuídos pelas empresas participadas, cujos investimentos financeiros estão registados pelo método da equivalência patrimonial; (ii) ajustamentos ao valor dos investimentos financeiros decorrentes de variações patrimoniais nas empresas participadas não justificadas pelos respectivos resultados (Nota 10); (iii) diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática constituem uma extensão dos investimentos financeiros (Notas 3 c) e 6); e (iv) transferência da reserva de reavaliação para resultados transitados do valor dessa reserva realizado no semestre (Nota 39).

Aplicação de resultados:

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 27 de Abril de 2005, o resultado líquido do exercício de 2004 foi aplicado da seguinte forma:

Dividendos	120.960
Gratificações a empregados	2.500
Resultados transitados	53.149
Reserva legal	9.300
	<u>185.909</u>

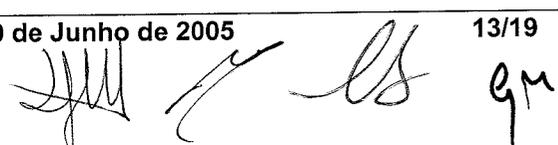
Os dividendos atribuídos às acções próprias, não distribuídos, no montante de 661 milhares de euros, estão incluídos na rubrica de Resultados transitados.

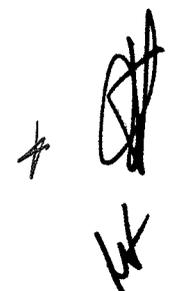
Acções próprias:

A legislação comercial relativa a acções próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas acções, a qual se torna indisponível enquanto essas acções não forem alienadas. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de acções próprias sejam registadas em reservas.

O movimento de acções próprias compreende a alienação de 884.660 acções a diversos colaboradores do Grupo, pelo montante global de 2.738 milhares de euros, de que resultou um aumento em “Outras reservas” de 60 milhares de euros.

A 30 de Junho de 2005, a Cimpor detinha um total de 3.867.300 acções próprias.





43. ÓRGÃOS SOCIAIS - REMUNERAÇÕES

As remunerações fixas atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2005, foram como segue:

	<u>Remunerações</u>
Conselho de Administração	842
Conselho Fiscal	<u>24</u>
Total	<u><u>866</u></u>

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços no semestre findo em 30 de Junho de 2005, decorrem na totalidade dos contratos de prestação de serviços de administração e gestão celebrados com empresas participadas (Nota 16).

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados	636	662
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	1.467	64
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1	643
Outros custos e perdas financeiros	<u>292</u>	<u>285</u>
	2.396	1.654
Resultados financeiros	<u>91.858</u>	<u>68.428</u>
	<u><u>94.254</u></u>	<u><u>70.082</u></u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	1.192	438
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	93.010	69.601
Diferenças de câmbio favoráveis	<u>52</u>	<u>43</u>
	<u>94.254</u>	<u>70.082</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Custos e perdas:		
Donativos	17	-
Correcções de exercícios anteriores	-	19
Outros custos e perdas extraordinários	1	1.158
	<u>18</u>	<u>1.177</u>
Resultados extraordinários	(10)	23.886
	<u>9</u>	<u>25.063</u>
Proveitos e ganhos:		
Reduções de amortizações e provisões	-	51
Recuperação de dívidas	5	-
Ganhos em imobilizações	-	25.010
Outros proveitos e ganhos extraordinários	4	2
	<u>9</u>	<u>25.063</u>

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2005, os saldos com estas entidades eram como segue:

	<u>Saldos devedores</u>	<u>Saldos credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	2.066	4.670
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	32	227
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	74
Contribuições para a Segurança Social	-	140
	<u>2.098</u>	<u>5.112</u>

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2005, o saldo da rubrica de acréscimos de custos apresentava a seguinte composição:

Remunerações a liquidar	707
Outros	270
	<u>977</u>

50. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, podem ser apresentados como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	5.000	-
Outros empréstimos obtidos	<u>125</u>	<u>249</u>
	<u>5.125</u>	<u>249</u>
Curto prazo:		
Outros empréstimos obtidos	<u>249</u>	<u>249</u>
	<u>249</u>	<u>248</u>
	<u>5.374</u>	<u>498</u>

Em 30 de Junho de 2005, o financiamento classificado a médio e longo prazo vence-se na totalidade em 2008.

52. PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE ACÇÕES

Na Assembleia Geral Anual, realizada em 27 de Abril de 2005, foram aprovados pelos accionistas, um *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* e um *Plano de Atribuição de Opções de Compra de Acções da Cimpor*.

A atribuição aos beneficiários do *Plano de Aquisição de Acções pelos Colaboradores* é efectuada pelo Conselho de Administração da CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., à excepção dos respectivos membros em que a atribuição é determinada pela Comissão de Fixação de Remunerações.

Aos beneficiários é concedido o direito de adquirirem acções, a um preço igual a setenta e cinco por cento do valor da cotação de fecho do dia em que se efectuar a transacção, até um montante global que não ultrapasse a metade da sua remuneração base mensal ilíquida.

No *Plano de Atribuição de Opções de Compra da Cimpor*, a atribuição aos beneficiários é designada pelos mesmos Órgãos do Plano anteriormente referido, sendo-lhes concedido o direito de adquirirem acções da Cimpor (opções iniciais), a um preço que não deverá ser inferior a setenta e cinco por cento da média da cotação de fecho das sessenta sessões de Bolsa imediatamente anteriores àquela data, sendo que por cada opção exercida é atribuída ao beneficiário a faculdade de adquirir uma acção em cada um dos três anos seguintes (opções derivadas) ao mesmo preço.

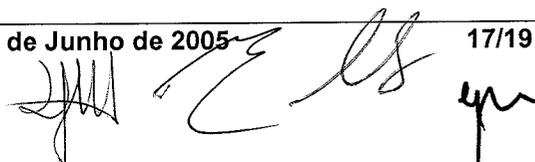
As opções exercidas e as acções adquiridas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, relativamente a estes Planos de incentivos, bem como as Opções derivadas exercidas dos Planos anteriores, foram as seguintes:

PLANO	Nº acções	V.Unitário	Data
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2002	4.750	3,70	29 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2003	184.330	2,84	29 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - Opções Derivadas - série 2004	243.880	3,20	29 de Março
Atribuição de Opções de Compra de Acções - série 2005	288.200	3,30	23 de Maio
Aquisição de Acções pelos colaboradores – ano 2005	163.500	3,21	17 de Maio
	<u>884.660</u>		

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa possui em carteira acções próprias suficientes para fazer face às responsabilidades inerentes aos referidos planos de incentivos.

54. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos mais relevantes ocorridos após 30 de Junho de 2005 encontram-se detalhadamente descritos no Relatório de Gestão Sobre a Actividade Consolidada.





55. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

55.1 – Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais

De acordo com o prescrito no nº 5 do Artº 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, com as ações pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Accionistas	Ações	N ° Títulos 31-12-04	N ° Títulos 30-06-05	Movimentos em 2005			Data
				Aquisições	Alienações	P U	
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta (Prof)	Cimpor	12 130		10 000		4,31	29-Abr-05
				3 110		3,21	11-Mai-05
			25.240				
Luis Eduardo da Silva Barbosa (Dr)	Cimpor	2 150		540		3,21	11-Mai-05
			2.690				
Jacques Lefèvre (Dr)	Cimpor	1 650		540		3,21	11-Mai-05
			2.190				
Jean Carlos Angulo (Engº)	Cimpor	7 760		1 550		3,21	11-Mai-05
			9.310				
Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Engº)	Cimpor	116 490		17 500		2,84	23-Mar-05
				34 000		3,20	23-Mar-05
				2 800		3,21	11-Mai-05
				40 000		3,30	19-Mai-05
					101 490	4,48	20-Mai-05
			109.300				
Luís Filipe Sequeira Martins (Engº)	Cimpor	57 590			17 590	4,33	01-Mar-05
				14 000		2,84	23-Mar-05
				27 000		3,20	23-Mar-05
				2 640		3,21	11-Mai-05
				31 000		3,30	19-Mai-05
					9 938	4,65	27-Jun-05
					24 702	4,60	28-Jun-05
			80.000				
Manuel Luis Barata de Faria Blanc (Dr)	Cimpor	62 760		14 000		2,84	23-Mar-05
				27 000		3,20	23-Mar-05
				2 640		3,21	11-Mai-05
				31 000		3,30	19-Mai-05
			137.400				
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr)	Cimpor	124 060		21 000		2,84	23-Mar-05
				40 000		3,20	23-Mar-05
				2 880		3,21	11-Mai-05
				44 000		3,30	19-Mai-05
			231.940				
Vicente Arias Mosquera (Dr)	Cimpor	530	1 070	540		3,21	11-Mai-05

(Sociedades (alínea d) do n.º 2 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Accionistas	Título	N.º Títulos
Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. (1)	Acções	67.527.510
Atlansider, SGPS, S.A. (2)	Acções	13.146.245
Atlansider – Comércio de Produtos Siderúrgicos, Lda. (3)	Acções	312.300
Investifino – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (4)	Acções	97.825.000
CAXALP, SGPS, Lda. (5)	Acções	101.490

Notas:

- (1) Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (Dr.), como membro do Conselho de Administração.
- (2) Ricardo Bayão Horta (Prof.), e José Enrique Freire Arteta (Dr.), como membros do Conselho de Administração
- (3) José Enrique Freire Arteta (Dr.), como Gerente
- (4) José Manuel Baptista Fino, como membro do Conselho de Administração
- (5) Jorge Manuel Tavares Salavessa Moura (Eng.), como Sócio Gerente



RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2005, da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. ("Empresa"), incluída: no relatório de gestão, no balanço, que evidencia um total de 1.161.033 milhares de Euros e capitais próprios de 1.034.099 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 88.357 milhares de Euros, nas demonstrações dos resultados por naturezas e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

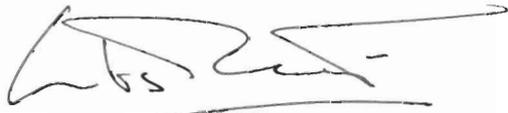
8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2005, referida no parágrafo 1 acima, da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



Ênfase:

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. A Empresa preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 30 de Setembro de 2005



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire